

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quilese Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — Às quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quilese Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
REUNIÕES — Às terças-feiras

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quile-  
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 55.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 26 de Abril de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Erondy Silvério.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêlise Crisostomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Antonio Lopes Júnior. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Arizone Araujo, João Fadel, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 42 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 91-72, dá nova redação ao Artigo 18 e seu parágrafo 1.º, da Lei n. 4.766, de 13.11.63.

Redação Final do Projeto de Lei n. 91-72  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O art. 18 e seu parágrafo primeiro, da lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963 alterado pelo disposto no art. 1.º da Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 — A pensão mensal será de 100% (cem por cento) da retribuição, na forma do art. 12, que o servidor estiver percebendo, na data do seu falecimento e reajustar-se-á, “ex-officio”, toda vez que a referida retribuição for alterada em relação à categoria funcional do mesmo.

§ 1.º — As pensões já concedidas, cujo montante seja inferior a 100% (cem por cento) da retribuição atualizada da categoria funcional a que pertença o contribuinte (excluídos os direitos e vantagens), guardada a proporcionalidade em relação àquelas com prazo de carência incompleta (art. 46), serão reajustadas no tempo, sem prejuízo das atualizações previstas no “caput” deste artigo, até atingirem o respectivo percentual, obedecido o seguinte escalonamento:

I — metade da diferença verificada entre o valor anterior do benefício e o fixado neste parágrafo, a partir da data de publicação desta Lei;

II — o valor integral da pensão reajustada um ano após a data de publicação desta Lei”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.4.73.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 9,30 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 98-72.  
Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 56.ª Sessão Ordinária Realizada em 26 de Abril de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quêlise Crisostomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes — Emilio Carazzai e Xenofonte Villanueva (42), achando-se ausentes os srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arizone Araujo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

MENSAGEM 41-73

Curitiba, 17 de abril de 1973

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná, conforme Lei n. 791 de 15 de novembro de 1951, a fim de permitir aquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão da sua sede.

A medida legal ora proposta a essa Augusta Casa de Leis é necessária tendo em vista o fato de que no texto da lei n. 791-51, que autorizou a doação do imóvel em questão, consta dispositivo de inalienabilidade desse imóvel, o que vem impedindo que o Instituto possa obter financiamento hipotecário para poder concluir o prédio que lhe vai servir de sede.

Para melhores esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica do Ofício n. 258-73, de 27.3.73, através do qual a Presidência do Instituto de Engenharia do Paraná, pleiteia a medida em questão.

Certo de que o Plano de Lei proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado a rua Emiliano Pernet, nesta Capital, doado pelo Estado do Paraná, conforme Lei n. 791 de 15 de novembro de 1951 a fim de permitir aquele Instituto a obtenção de recursos financeiros necessários à conclusão da sua sede.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ

Ofício n.º 258-73

Curitiba, 27 de março de 1973

Exmo. Sr. JOÃO MANSUR  
D.D. Governador do Estado  
Palácio Iguaçu  
N/CAPITAL.

Por Lei n.º 791, de 15 de novembro de 1951, o engenheiro Bento Munhoz da Rocha Neto, então Governador do Estado, doou ao Instituto de Engenharia do Paraná um imóvel situado à rua Emiliano Pernet n.º 174, nesta cidade, no qual está sendo constituída a sede própria do mesmo Instituto.

Reza a mencionada Lei, no seu artigo 3.º, que o órgão beneficiado não poderá alienar o imóvel doado sem prévia autorização do doador.

Como é do conhecimento de V. Excia. a construção da sede vem se arrastando por vários anos e, para sua conclusão, o Instituto necessita fazer uma operação de crédito a longo prazo, vinculando o terreno e o edifício objeto do financiamento.

Nestas condições tenho a honra de solicitar a V. Exa. seja o Instituto de Engenharia do Paraná autorizado a hipotecar o imóvel doado, com a finalidade de realizar a operação de crédito para concluir a obra e, consequentemente, aumentar o seu patrimônio.

Na oportunidade renovo a V. Excia. os protestos de alta estima e distinta consideração.

a) LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO — Presidente  
A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N. 42-73

Curitiba, 17 de abril de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio celebrado em 23 de fevereiro de 1973 entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — CEABA-PR visando fixar a competência para declaração de utilidade pública e delegar poderes para promover desapropriações das áreas necessárias à implantação das instalações da CEASA-PR, em Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

#### CONVENIO PARA A IMPLANTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA “CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. — CEASA-PR” EM CURITIBA

Considerando que a modernização do atual sistema brasileiro de abastecimento de gêneros alimentícios ocupa lugar de destaque no elenco de programas e projetos prioritários do atual Governo.

Considerando que as centrais de Abastecimento facilitarão a comercialização de produtos de origem vegetal e animal, reduzindo o custo operacional, beneficiando de imediato produtores e consumidores;

Considerando o papel relevante que as Centrais de Abastecimento representarão como fonte supridora do consumo local, nos grandes aglomerados urbanos, no aprimoramento da qualidade e baixa do preço dos produtos para o consumidor.

A Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, Empresa Pública Federal, CGC N. 334696002-294, gestora do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC, com sede em Brasília — DF, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Dr. Rubens José de Castro Albuquerque; o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador — Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza, devidamente assistido pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Dr. Roulien Basaglia; o Município de Curitiba, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Arquiteto Jaime Lerner, devidamente assistido pelo Diretor do Departamento do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Curitiba, Dr. Sérgio José Ferreira de Souza; e a “Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — CEASA-PR” Sociedade de Economia Mista, com sede nesta Capital, CGC N.º 75063164-001, representada por seu Diretor Presidente, Dr. Percy Ronald Elitzkow e por seu Diretor Financeiro, Dr. Rubens Licínio Rodrigues de Souza, RESOLVEM e CONVEM, reciprocamente, estabelecer as seguintes re-



gras em benefício da comunidade sócio-econômica da Região Metropolitana de Curitiba pelo seguinte

## CONVENIO

## CLAUSULA PRIMEIRA:

ao Município de Curitiba, nos termos que lhe faculta o Art. 15, item II, da Constituição do Brasil, fica reconhecida a competência para a declaração de utilidade pública das áreas necessárias às instalações da "Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — CEASA PR" em Curitiba.

## CLAUSULA SEGUNDA:

a declaração de utilidade pública de que trata a Cláusula anterior, deverá conferir à "Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — CEASA-PR" poderes para promover, no Município de Curitiba, a desapropriação amigável ou judicial das áreas de terreno necessário para as suas instalações, na cidade de Curitiba.

## CLAUSULA TERCEIRA:

O presente Convênio vigorará a partir da data de sua publicação no órgão oficial do Estado do Paraná.

E como assim tenham acordado firmam o presente Convênio em seis (6) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Curitiba (PR), 23 de fevereiro de 1973.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Gov. do Estado do Paraná

JAIME LERNER — Prefeito Municipal de Curitiba Paraná

RUBENS JOSÉ DE CASTRO ALBUQUERQUE — Diretor-Presidente-Cobal

PERCY RONALDO BLITZKOW — Diretor-Presidente-CEASA-PR.

RUBENS LICINIO RODRIGUES DE SOUZA — Diretor-Financeiro da

CEASA-PR.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM N. 43-73

Curitiba, 17 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa copia autentica do Convênio celebrado em 30 de março de 1973 entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização de 237.300 alunos meta prevista para o Estado no corrente ano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo que de a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) destinado a execução de programas de alfabetização com a interveniência da Secretaria de Educação.

Aos 30 dias do mês de março do ano de 1973 o Governo do Estado do Paraná neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador Deputado João Mansur ou por quem de direito mediante delegação de competência a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) representado por seu Coordenador Estadual José Carlos Alpendre e como interveniente a Secretaria de Educação representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, Doutor Roberto Linhares da Costa designados Governo do Estado, Mobral e Secretaria de Educação, tendo presente o sentido de mútua colaboração, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O Governo do Estado autoriza o MOBRAL ao processamento direto junto às Comissões Municipais da assinatura de Convênios necessários a execução de programas de alfabetização, até o limite de 237.300 alunos, meta prevista para o Estado no ano de 1973.

CLAUSULA SEGUNDA — 1. Compromete-se o MOBRAL a enviar ao Governo do Estado, através de sua Secretaria de Educação, copias de todos os Convênios que assinar com as Comissões Municipais, para que sejam conhecidos pelo Governo do Estado.

2. Compromete-se ainda o MOBRAL a fornecer ao Governo do Estado informações periódicas sobre o andamento dos programas e realizações do MOBRAL no Estado.

CLAUSULA TERCEIRA — O presente Convênio tem vigência até 31 de dezembro de 1973, sendo os casos omissos resolvidos mediante consultas e mútuo consentimento.

E por estarem acordos firmam as partes o presente em três vias de igual teor.

Curitiba, 30 de março de 1973.

ROBERTO LINHARES DA COSTA —

P/Delegação do Governo do Estado

ROBERTO LINHARES DA COSTA —

Secretário de Educação

JOSÉ CARLOS ALPENDRE

Coordenador Estadual do Mobral.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## REQUERIMENTOS:

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a suspensão da sessão e do expediente da Casa, no dia 30 próximo, tendo em vista que, na terça-feira, dia 1.º, se comemora o "Dia do Trabalho".

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

(a) — Francisco Escorsin

## Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a inclusão na Ordem do Dia de segunda-feira próxima, dia 30, do Projeto de Lei n.º 23/73, já instruído com os pareceres das Comissões Técnicas competentes e para o qual já foi aprovado, anteriormente, Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

(a) — Quielise Crisóstomo

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Silfredo Veiga, ocorrido no dia de hoje, na cidade de Paranaguá.

Membro de tradicional família daquela região litorânea, o Sr. Silfredo Veiga ocupou cargos relevantes durante sua profícua vida profissional, prestando serviços inestimáveis à comunidade.

Cunhado do Senador Accioly Filho, Silfredo Veiga deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que bem serviram ao Paraná.

Solicitamos, outrossim, dar-se ciência do teor deste Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

(a) — Nelson Buffara

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um voto de regozijo ao meretíssimo Juiz de Direito Dr. Plínio Cachuba, pelo sua nomeação no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Outrossim, uma vez aprovado, requer seja enviado um expediente ao homenageado, bem como ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Alçada, dando conhecimento do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

(a) — Gabriel Manoel

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais solicita de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão composta de 4 (quatro) Senhores Deputados, para participar da Assembleia convocada pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, a realizar-se em Londrina, no dia 12 de maio próximo.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1973

(a) — Olavo Ferreira

## JUSTIFICATIVA:

Face a grande importância dos assuntos que serão debatidos na Assembleia convocada pela Associação Paranaense de Cafeicultores, é de todo oportuno que esta Casa se faça presente para melhor acompanhar os estudos que ali se farão sobre a atual situação da cafeicultura, crescendo-se ainda o fato de que se pretende criar, também, uma Comissão Técnica de Trabalho da Assembleia, com vistas à reivindicação de extinção do Instituto Brasileiro do Café.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas parlamentares, ouvido o Plenário, seja a Casa intérprete de seu apelo junto ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, no sentido de estudar a possibilidade de ser instalada, com a brevidade possível, na sede do Município de Pirai do Sul, uma Agência do IPE, para um melhor atendimento aos inúmeros servidores, que trabalham em vários órgãos do Governo naquela comuna como também em outros Municípios vizinhos.

Seja, pois, face ao exposto, enviado ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, nesta Capital, o apelo ora solicitado.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973

(a) — David Federmann

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Méndez, veemente apelo no sentido de que sejam incluídos na Área Metropolitana de Curitiba os Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Os mencionados Municípios, Senhor Presidente localizados nas cercanias desta Capital, contribuindo com apreciável parcela da mão de obra que aqui labuta mereceriam, sem dúvida, os benefícios decorrentes de tal medida por ciferarem, também, alternativas como polos de desenvolvimento de dita Área Metropolitana por se encontrarem às margens da BR-116, principal artéria de escoamento das riquezas paranaenses que se destinam aos grandes centros consumidores de São Paulo e Guanabara.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) — Erendy Silvêrio

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 72/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado "SANATÓRIO NOEL NUTELS" o atual Sanatório de Tuberculosos de Londrina.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

(a) — Jorge Sato

## JUSTIFICATIVA:

Faleceu recentemente no Rio de Janeiro o dedicado, competente e respeitado médico fisiologista do Brasil, NOEL NUTELS.

Para o Paraná tal passamento foi lamentado profundamente, pois NOEL NUTELS aqui marcou a sua presença em várias oportunidades, sempre irradiando sua simpatia, simplicidade e conhecimentos atualizados da especialidade.

## Projeto de Lei n.º 73-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Denominar-se-á Ginásio Estadual Marilis Faria Pirotelli, o atual Ginásio Estadual de Cascavel.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt



**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei, apresenta como objetivo precípua, prestar justa homenagem e perpetuar a memória de quem no exercício de suas atividades, que foram sempre relacionadas com o ensino, colocou tudo de si para o engrandecimento das coisas a que se dedicava.

A professora Marilis Faria Pirotelli, desaparecida trágica e prematuramente, sempre gozou no seio da sociedade de Cascavel o mais alto conceito e o mais digno respeito, pois, nascida em Curitiba, onde formou-se professora do ensino primário, transferiu-se para Cascavel onde exerceu sua profissão desde 1958 até o ano de 1967, quando foi nomeada para exercer o cargo de Inspectora Regional do Ensino, da 45.ª Inspeção Regional do Ensino, que abrangia os municípios de Cascavel, Catanduvas, Capitão Leônidas Marques, Corbélia e Nova Aurora, cargo que exerceu com rara felicidade até a data de seu trágico falecimento.

Pessoa de fácil comunicação, atendia com eficiência e rara dedicação a todos que a procuravam para apresentar suas reivindicações, procurando agir com denodo e justiça, tratando a todos e a tudo que se relacionava com o cumprimento de seu dever, com a máxima atenção e cortesia.

Tornando seu ambiente de trabalho sempre acolhedor, pois o don de liderança, dela emanava com natureza impressionante, fazendo com que seus auxiliares se tornassem naturalmente responsáveis por suas atribuições, jamais usou de seu cargo para impor-se e conseguir inimigos gratuitos.

Por ter sido a responsável pela criação e funcionamento do atual Ginásio Estadual de Cascavel, houveram por bem a direção e o corpo docente daquele estabelecimento de ensino, em reunião realizada a 23 de abril de 1973, conforme ata anexa, aprovar por unanimidade o nome da Professora Marilis Faria Pirotelli para patrono do Ginásio Estadual de Cascavel, que se aprovado o presente plano de Lei, passará a denominar-se Ginásio Estadual Marilis Faria Pirotelli.

Por termos acompanhado de perto o trabalho daquela denodada mestra, e reconhecermos sua capacidade e dedicação, nos sentimos profundamente honrados com a oportunidade que nos foi proporcionada, de em nome da direção, do corpo docente e discente do Ginásio Estadual de Cascavel e do povo em geral daquele município, de apresentar nesta Casa o presente Plano de Lei, que temos a absoluta certeza, pelo seu caráter de justiça e agracimento terá total apoioamento por parte dos nobres senhores Deputados, para sua aprovação, e o sancionamento por parte do Poder Executivo do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI N.º 74-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Ficam transferidos para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

**JUSTIFICATIVA:**

Os serviços de trânsito de Inácio Martins, estão atualmente sob jurisdição de Guarapuava. Acontece, porém, que o citado Município, pertence à comarca de Irati e por esse fato, a sua ligação é mais íntima com Irati do que com Guarapuava, como também, o transporte é mais rápido. A medida visa, tão somente facilitar ao povo de Inácio Martins, o seu trabalho, a sua ação, e o seu serviço de emplacamento de veículos.

**PROJETO DE LEI N.º 75-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — A Comissão Técnica competente, da Assembléia Legislativa, poderá incumbir o Tribunal de Contas da realização de vistorias e ou auditorias ordinárias em quaisquer órgãos ou entidades administrativas, assim como nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, com o fim exclusivo de proceder à fiscalização da gestão financeira e orçamentária dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1973.

(a) Luiz Roberto Soares

**JUSTIFICAÇÃO:** — A matéria constante do projeto já obteve a aruência deste Poder, quando tramitou por aqui o Projeto de Lei n.º 57-72. O mesmo, porém, não ocorreu no Executivo, que vetou o art. 2.º, da citada proposição sob a alegação de "não ser aconselhável transferir às Comissões Técnicas da Assembléia atribuições que, por força de preceitos constitucionais, são da competência do Poder Legislativo".

Talvez com excesso de zelo, preocupou-se o Executivo, além disso, em evitar "contradições ou divergências entre as próprias Comissões Técnicas desta augusta Casa, causando dificuldades ao Poder Legislativo no exercício de sua ação fiscalizadora" (trechos da Mensagem que encaminhou o veto a este Poder).

Quanto à primeira razão do veto, diga-se que ela não consegue convencer diante dos argumentos expostos no projeto original (cópia anexa).

Em relação à segunda, convém reconhecer que, de certo modo, a cautela do Executivo é procedente.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73**

**SÚMULA:** — "Transfere ao Departamento Legislativo a Seção de Autografia, na forma que especifica e suprime o item VII do art. 28, do Regimento Interno".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "a", inciso I, do art. 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão das Comissões.

Art. 2.º — Fica suprimido o item VII, do art. 28, do Regimento Interno, cuja texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição é designada ao Chefe da Divisão das Comissões.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) Muggiati Filho

**JUSTIFICATIVA:**

Visa o presente Projeto de Resolução, única e exclusivamente, abreviar a tramitação dos processos legislativos, evitando, por via de consequência, a burocracia desnecessária e que acarreta sérios prejuízos aos trabalhos desta Casa.

O princípio estabelecido no art. 1.º deste plano de lei, tem sua razão de ser pelo simples fato de que não se pode compreender que o processo legislativo tenha toda sua tramitação nos diversos setores do Departamento Legislativo e sua conclusão em outra esfera, ou seja, no Departamento Administrativo, o que prejudica, dentre outras coisas, a feitura do Ementário da Divisão das Comissões.

O art. 2.º, por outro lado, longe de pretender diminuir as atribuições do 1.º Secretário, visa tão só evitar uma tramitação desnecessária e que acarreta, muitas vezes, a paralisação do processo legislativo.

Apresentamos o presente plano de lei a consideração do Plenário esperando-se-lhe de apoioamento.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo) — "Ao ocupar a Tribuna hoje, faço-o com a emoção que deve sensibilizar toda a nacionalidade, na data em que o Brasil consolida em definitivo, a destinação econômica que a história e a geografia lhe reservou.

Como paranaense e como brasileiro, assisto na realização da assinatura do tratado para a construção de Itaipu, — a maior hidrelétrica do mundo contemporâneo — a conquista de uma das grandes etapas do desenvolvimento paranaense e brasileiro.

Num país como o nosso, no qual o crescimento da demanda da energia elétrica apresenta necessidades superiores a dos países desenvolvidos, para correção da defasagem econômica existente, a realidade de Itaipu é a antecipação de uma grandeza maior para nossa Pátria.

Sabem Vossas Excelências, Senhor Presidente, Srs. Deputados, que nenhum sistema político se inscreve na história de um povo pelo só cumprimento dos mandatos populares. Muito mais do que o sistema ou o regime político, fazem presença na história, o espírito público, a dignidade, a austeridade e o descortínio dos homens que o comandam, na realização das aspirações coletivas.

A vontade nacional há de ser, sempre, uma constante para o administrador que procura realizá-la. Por isso, os líderes não se improvisam: eles são fruto — em determinados momentos históricos —, do ideal popular que aspira realizações que levem a grandeza de sua Pátria, a afirmação de sua soberania e a tranquilidade de seu povo.

Estas considerações, valem para dizer que o sistema revolucionário brasileiro, faz presença histórica no país, e já agora, no continente, na ocasião em que o Brasil e a nobre Nação Paraguai, em convenção que se firmou em Brasília, consertam a realização da maior obra de integração continental: a Usina de Itaipu, que há de ser a soma das energias criadoras de dois povos irmãos.

Estamos dando, Brasil e Paraguai, o exemplo de cooperação e solidarismo que o mundo tanto procura alcançar nos conselhos internacionais. E o fazemos, conscientes da nossa humildade de povos que lutam para incorporar-se nos resultados do bem estar social e do desenvolvimento econômico, com lealdade, boa fé e absolutamente seguros que no exemplo continental, estão contribuindo para a paz social que deve ser a ambição de todos os homens.

Mas, se minha emotividade conduz a um estado de euforia e de orgulho nacionais, minha sensibilidade paranaense e o meu dever de homem público me conclamam a alertar que é um imperativo, deste momento histórico, encetar aos brasileiros do Paraná — a todos aqueles que aqui trabalham ajudando a realizar a grandeza de nosso Estado, a que se organizem e se estruturam para participar das oportunidades que esta obra extraordinária ensejará.

Neste momento em que o Governo do Estado e a economia do Paraná, estão immanados para a valorização e a radicação de capitais nossos, dentro de nosso território, sinto-me no dever paranaense de trazer e dirigir este apelo aos que trabalham em nosso Estado construindo uma parcela da grande Pátria.

Especialmente no sentido de que as Federações das Indústrias e Comércio agrupem os seus empresários mais atuantes, para junto com o BADEP, BANESTADO e BRDE, esquematizarem a presença paranaense e as oportunidades que surgirem nos próximos meses, em Foz do Iguaçu.

Desejo também expressar as homenagens da minha representação e dignidade, a austeridade e a dedicação do Exmo. Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici que, coordenando as energias criadoras do povo brasileiro, realiza o Brasil na medida que nós todos sempre desejamos.

Ao encerrar meu pronunciamento, requeiro a V.Exa., Sr. Presidente, na forma regimental, que transmita em nome desta Casa ao Exmo. Sr. Presidente da República, os agradecimentos do povo do Paraná pelo muito que significa a realização de Itaipu, não só para nosso Estado como essencialmente para a consolidação do desenvolvimento nacional.

Requeiro outrossim, que através do Exmo. Srs. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mário Gibson Barbosa, se faça chegar ao intimorato Senhor Presidente da República do Paraguai, Cal. Alfredo Stroessner, a compreensão e a estima de todo o povo paranaense, que tão estreitas ligações mantém com o nobre povo paraguaio. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na sessão de ontem o Deputado Olavo Ferreira apresentou um requerimento polêmico e que deve ser motivo de estudos aprofundados, por esta Casa. A sua atitude é uma consequência da revolta da cafeicultura em relação



à desastrosa, à criminosa, a irresponsável política cafeeira encetada em nosso País. Lamentavelmente a cafeicultura se enriste a cada dia que passa, os dados estatísticos apontam a desesperança e desestímulo. O Paraná chegou a produzir na safra 61-62, 21.400.000 sacas de café; em 65-66, 20,4 milhões; em 70-71, 71-72, 72-73 a produção caiu para 16.000.000 de sacas, 12,8 milhões e 5.000.000 respectivamente. O café é uma cultura permanente que exige grandes investimentos, investimentos de infra-estrutura, a começar pela própria terra que deve ter padrões de excelência, de boa localização, de custos sempre elevados, além da carência de quatro anos para a primeira colheita.

O seu objetivo, nobre Deputado Olavo Ferreira, é o nosso, com os meios, pelo menos à priori, salvo melhor juízo, não podemos concordar.

Se a política encetada da cafeicultura brasileira é desastrosa, é criminosa, tão criminosa seria a extinção do IBC nos dias atuais. Por esta razão eu julgo seria mais prudente por parte desta Casa, instituir talvez uma Comissão de Deputados para estudar com maior profundidade a idéia levantada nesta Casa, porque nós não podemos desconhecer que o IBC, com todas as falhas, representa uma estrutura extraordinária e não pode ser esmagado, de uma hora para outra; nós entendemos, isto sim, que esta estrutura deva ser melhor empregada, as suas falhas, os seus defeitos, as suas incoerências e até as suas irresponsabilidades devem ser corrigidas, mas, de forma alguma a extinção do IBC poderia beneficiar a cafeicultura a menos que nos seja provado o contrário. O IBC tem celebrado com o Estado do Paraná, diversos convênios, eu cito como exemplo convênio do Instituto Agrônomico do Paraná na ordem de 10 milhões de cruzeiros. E o IBC que representa a garantia do preço para o café muitas vezes insuficiente, mas, é uma garantia; o armazenamento, uma comercialização ordenada, é o IBC que luta no Exterior para garantir os preços externos. E nós sabemos perfeitamente que o preço internamente é em consequência tabelado em função do preço exterior. Financiamentos para maquinários, para plantação do cafeeiro, para recuperação, assistência técnica, enfim, uma série de atendimentos, muitas vezes falhos que nós temos combatido, mas que podem ser sugeridos e que assim, de pronto, eu concordaria, porque não posso admitir também que numa fase dramática para a cafeicultura brasileira, o IBC continue a esbanjar representando cabide de emprego, represente meio para fazer turismo no exterior, a cafeicultura não pode continuar produzindo meios suficientes para que a mesa dos homens do IBC seja faustosa em detrimento da causa da coletividade cafeeira. Por esta razão, apresento, em substituição ao Requerimento do Sr. Deputado Olavo Ferreira, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O eputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Presidente da República e Ministros e ao Senhor Presidente do IBC.

Considerando que a cafeicultura no momento se debate com os mais difíceis problemas de elevação dos custos de produção, com o aparecimento de doenças como a ferrugem, a broca, e outras tantas, além das elevações constantes dos insumos. Considerando que hoje suprimos pouco mais de 2% por cento do mercado internacional, em contraste com a época em que 70 por cento do referido mercado era por nós suprido.

Considerando que a produção brasileira da atual safra em confronto com outras, é insignificante e insuficiente para atender compromissos externos.

Requer: seja enviado por esta Assembleia, ofícios aos Senhores: Presidente Emílio Médice, Ministros Marcus Prati de Moraes, da Indústria e Comércio, Delfim Neto, da Fazenda, e ao Presidente do IBC, Carlos Alberto de Andrade; sugerindo: a) — considerável redução da taxa de contribuição (confisco cambial), após diálogo franco com as entidades representativas da cafeicultura, a respeito de "quantum". b) — não construção das desnecessárias sedes anunciadas para Brasília e Curitiba, e aplicação do montante que seria gasto nessas obras, em outros setores que beneficiaram de perto os produtores.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) Alvaro Dias

Tenho certeza, Sr. Presidente, que toda a população cafeeira do Paraná, sem dúvida alguma aplaudiria com entusiasmo estas medidas se concretizadas, porque nós sabemos o confisco cambial é criminoso, os gastos desnecessários são criminosos, estas sedes monstruosas tão desnecessárias, a sede de Londrina, por exemplo, o mais humilde cafeeiro sente-se humilhado, sente-se envergonhado de entrar em sede tão suntuosa, quanto a cafeicultura sofre de males enormes e o Governo...

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao Nobre Orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS — Estamos inscritos no Grande Expediente e antes de nós mais quatro Deputados e se houver possibilidade nós concluiremos no Grande Expediente. Fica aqui a nossa sugestão, para que seja criada uma Comissão de Deputados desta Casa para pedir a extinção do IBC e devemos sugerir uma série de outras medidas que substituam estruturas que aí estão mantidas para atender a cafeicultura do País. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Maurício Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente o requerimento formulado ontem pelo Deputado Olavo Ferreira trouxe uma série de interpretações, não só nesta Casa, como também perante a opinião pública de nosso Estado. E ouvimos o orador que nos antecedeu, companheiro Alvaro Dias, que propunha uma reformulação na solicitação feita por S.Exa. Deputado Olavo Ferreira, no sentido de que, em vez de se encaminhar um pedido de extinção, que se fizesse, que se organizasse, nesta Casa, um grupo de trabalho integrado por Deputados das duas agremiações que procurariam com base em estudos estatísticos existentes, com base nos depoimentos daqueles que estão mais ligados ao problema da cafeicultura, a fim de chegar a uma conclusão. Conclusão esta que seria divulgada não só no Estado mas em todo o País. Achei ponderada a explicação do nobre companheiro Alvaro Dias, e creio mesmo ser este o caminho inicial que deve adotar esta Casa, se bem que teremos oportunidade no Grande Expediente, talvez, de discutir ainda hoje melhor, este assunto.

Portanto, quero aqui trazer a minha solidariedade ao companheiro Alvaro Dias, pela sugestão apresentada há instante nesta Casa no sentido de que fosse criada uma Comissão Especial com o objetivo de se estudar o problema referente à área café.

O assunto que nos traz à Tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito a uma iniciativa da Bancada do MDB na Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de que os estudantes de gráú médio na Capital do Estado, a exemplo do que ocorre em grandes cidades brasileiras, recebam uma

bonificação especial nas passagens de ônibus urbanos da Capital em torno de 50%. S.Exa. o Sr. Prefeito vetou o projeto aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e na próxima segunda feira, os Vereadores de Curitiba irão analisar o veto de S.Exa. o Sr. Prefeito. Gostaríamos de trazer aqui a nossa solidariedade, à Bancada de Vereadores do MDB no Município de Curitiba, ao mesmo tempo, gostaria também, para não cometer injustiça, de fazermos uma ressalva.

É evidente que se a Prefeitura Municipal de Curitiba autorizar aos estudantes de gráú médio de nossa cidade, uma bonificação especial de 50% no preço das passagens coletivas urbanas, por outro lado e por certo, às empresas não poderiam arcar com este ônus. E para que isso não aconteça é preciso, como regulamentação do projeto, uma atitude, uma série de medidas objetivando que o Conselho Municipal de Transportes de Curitiba, órgão que fixa as tarifas urbanas da Capital, que passe também a oferecer às empresas, medidas compensatórias, para que os estudantes possam gozar deste benefício e desta regalia. Portanto, a nossa solidariedade aos Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa tem a grata satisfação de anunciar a presença em Plenário dos Srs. Osório José dos Santos, Prefeito Municipal de Jundiá do Sul e Benedito Ferreira, Vereador de Tomazina.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Visando justificar um Projeto de Resolução, encaminhei à Mesa nesta data, tendo em vista o breve espaço que nos é concedido, quero deixar particularmente acentuado nesta Casa, que o sentido deste projeto não é outro senão o daquele que visa principalmente dar às atribuições dos Srs. Deputados a dinamização de que a máquina burocrática da Assembleia está se ressentindo.

Não há, por conseguinte, o menor objetivo de ordem política neste Projeto de Resolução e a sua apresentação se dá posteriormente a ter este Deputado levado o conhecimento desta pretensão aos demais ilustres componentes da Mesa, nas pessoas de seu Presidente e seu 1.º Secretário.

Têm os Senhores notado, e já foi objeto, inclusive de reclamação nesta Tribuna, que normalmente, se não for requerido regime de urgência, um Projeto de Lei pode levar em sua tramitação nesta Casa, desde o seu início até o seu final, em média de 10 a 12 meses.

Existem, impedindo que a dinâmica legislativa funcione, fatos que hoje não pode se justificar de modo algum, a sua permanência. Por exemplo, o artigo 1.º do Projeto de Resolução visa fazer com que a autografia dos projetos se efetue no próprio Departamento, na própria Divisão das Comissões, sem sair desta Divisão para ir para o Departamento Administrativo, quando realmente o Departamento Legislativo é que tem a atribuição específica de funcionar, através da Divisão das Comissões, com todo o critério em relação aos projetos em andamento por esta Casa. Por outro lado, acumulando o serviço da 1.ª Secretaria, imprimindo a esta própria 1.ª Secretaria até menores dificuldades no despacho de seus papéis, o Regimento Interno ainda traz em seu bojo a obrigatoriedade de que toda a vez que um projeto saia da Divisão das Comissões, antes de ir para outra Comissão passe pela 1.ª Secretaria, para receber o despacho do 1.º Secretário.

Daí a nossa justificativa, expressa nos seguintes termos:

"Visa o presente Projeto de Resolução, única e exclusivamente, abreviar a tramitação dos processos legislativos, evitando, por via de consequência, a burocracia desnecessária e que acarreta sérios prejuízos aos trabalhos desta Casa.

O princípio estabelecido no art. 1.º deste plano de lei, tem sua razão de ser pelo simples fato de que não se pode compreender que o processo legislativo tenha toda sua tramitação nos diversos setores do Departamento Legislativo e sua conclusão em outra esfera, ou seja, no Departamento Administrativo, o que prejudica, dentre outras coisas, a feitura do Ementário da Divisão das Comissões.

O artigo 2.º, por outro lado, longe de pretender diminuir as atribuições do 1.º Secretário, visa tão só evitar uma tramitação desnecessária e que acarreta, muitas vezes, a paralisação do processo legislativo.

Apresentamos o presente plano de lei à consideração do Plenário, esperando se lhe dê apoio.

São, em síntese, os objetivos deste Projeto de Resolução, que visa, acima de tudo, e exclusivamente, dinamizar a marcha do processo legislativo nesta Casa.

Obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, quinto orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queremos abordar, ainda que rapidamente, o pronunciamento feito ontem, nesta Casa, pelo ilustre companheiro de cidade, Deputado Olavo Ferreira, que, numa matéria de ampla repercussão, preconizou o fechamento do IBC. E esse pronunciamento, sem dúvida alguma, deverá ter repercussão nacional pelo seu envolvimento, pela importância que se reveste o fato.

Mas, gostaríamos, Sr. Presidente, data vênica a admiração que temos pelo ilustre Deputado Olavo Ferreira, manifestar aqui a nossa preocupação em relação à medida preconizada, desta Tribuna, pelo ilustre Deputado. Porquanto, em verdade, o IBC esteja com uma política totalmente errada, impondo sacrifício muito grande ao cafeeiro, porque deixou de representar os altos interesses da cafeicultura para torna-se, especialmente no Paraná, pelo trabalho errôneo de seu quadro diretivo, numa fonte comercial. O IBC funciona mais como uma casa de comércio do que como autarquia financeira que deveria dar ao cafeeiro o amparo que ele tanto necessita. Mas, Srs. Deputados, levando em conta a situação dos servidores daquela autarquia, nos preocupamos com o IBC, porque seu quadro conta quase que exclusivamente com funcionários regidos pelo CLT. E se fechar o IBC é evidente que esses servidores, de um momento para outro, ficariam sem oportunidade de trabalho, particularmente aqueles que possuem idade avançada.

Mas, de resto, concordamos com o ilustre Deputado Olavo Ferreira quando S. Exa. afirma que o IBC perdeu sua finalidade.

Outro assunto que nos traz à Tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que se refere aos estudantes Eli Correa Fernandes e Arival Ribas Crammes, e que diz respeito a uma reivindicação dos estudantes secundaristas de Curitiba. É uma das reivindicações mais justas embora o assunto não seja da alçada desta Casa de Leis, por ser da área municipalista, pois que



se trata de um veto de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal a um projeto que concedia 50% de desconto, aos estudantes secundaristas, no preço das passagens dos transportes urbanos de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa é uma reivindicação legítima e humana. Mas, queremos, nesta oportunidade, embora se tratando de matéria de âmbito municipal, emprestar nossa inteira solidariedade e esse movimento que a União Paranaense de Estudantes Secundários está encetando, pleiteando esse desconto, erra vantagem que é das mais justas, porque o estudante normalmente, enquanto frequenta a escola, dificilmente tem oportunidade de trabalhar. Quando trabalha, só pode fazer meio expediente e, portanto, o seu ordenado é o mais reduzido. Mas a grande maioria dos estudantes da Capital não pode trabalhar, até mesmo porque o mercado de trabalho em Curitiba não é o maior. Nada melhor do que se homenagear o esforço que os jovens de Curitiba fazem para se integrar dentro do que o Governo pretende, proporcionando essas vantagens mínimas que não irão, com certeza, causar maiores prejuízos para as grandes empresas que exploram o serviço Municipal de Curitiba.

Era este o sentido do que pretendíamos solicitar, hipotecando aos estudantes de Curitiba, através de seus líderes Eli Correa Fernandes e Arival Ribas Cramer, a nossa inteira solidariedade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa participação na Tribuna no dia de hoje, é especificamente para falar de um assunto que já foi abordado por quase todos os ilustres Deputados e que diz respeito ao requerimento do ilustre Deputado londrinense Olavo Ferreira, pedindo a extinção do Instituto Brasileiro do Café.

Lamentavelmente, queremos informar ao nobre Deputado Olavo Ferreira, não poderemos apoiar seu projeto de extinção do IBC. Concordamos plenamente que a administração que seus diretores vêm conduzindo a política do café de maneira errônea, especialmente no Paraná.

Sabemos que a atual política cafeeira brasileira necessita de uma reformulação. Mas a extinção de um órgão que trata desse assunto que determina toda a política cafeeira brasileira, não seria a solução. Acreditamos que não seria a solução, porque nós que temos nossa vivência quase toda ligada a problemas rurais, mais especificamente problemas do trabalhador rural, sentimos que o café é o maior patrão que o Paraná tem para o próprio trabalhador e por muito tempo a cafeicultura será isso para a maioria dos trabalhadores do Paraná, pois é o tipo de exploração rural que dá maiores condições de permanência, de fixação do homem na terra.

Sabemos das campanhas que muita gente faz para a substituição do café pelo trigo, soja e a própria pecuária. No entanto, esses tipos de exploração rural não fixam o nosso homem ao campo. A soja, o trigo, são dois produtos que devem ser explorados mais por maquinaria do que pela mão de obra simples do próprio trabalhador. No entanto, sabemos o quanto faz falta para o Paraná a fixação do homem rural.

Com a extinção, talvez definitiva da cafeicultura, teríamos muito mais aumentadas as favelas, teríamos aumentado o número de pedintes. O que nós necessitamos, isso sim, é continuar debatendo, combatendo a política errada do IBC, fazendo com que ele se reestruture e faça valer novamente suas forças para melhor aprimorar e aumentar a cafeicultura do Brasil. E com todos aqueles que temos oportunidade de comentar sobre café, sempre informamos isso: e se o café foi a grande mina de ouro dos lavradores do Brasil, especificamente do Estado do Paraná, acreditamos que o café ainda será, a exemplo do passado, muito mais forte e muito mais rendoso. Sabemos o quanto hoje faz falta o próprio café tanto ao mesmo modo interracial, como às indústrias de café solúvel que estão instaladas no País.

Nosso apelo nesta oportunidade é para que não se extinga o Instituto Brasileiro do Café, mas que o Governo reestruture esse órgão para que ele possa também reestruturar a política cafeeira brasileira. Somos favoráveis isto sim à extinção do confisco cambial, não de uma só vez que traria prejuízos ao Instituto, mas dividido em quatro ou cinco anos para que, dentro de pouco tempo, a cafeicultura se visse livre deste confisco.

Pela extinção do confisco cambial somos favoráveis, mas pela extinção do Instituto Brasileiro do Café, lamentavelmente, não apoiamos a ideia do Deputado londrinense Olavo Ferreira. — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Nelson Buffara, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sejam as minhas primeiras palavras de apoio ao movimento iniciado aqui, pela passagem de dois Deputados por esta Tribuna, a respeito do abastecimento nas passagens de ônibus para os estudantes secundários, que esteriçaria a todos os estudantes paranaenses.

Com a recente reforma do ensino o que temos visto com estudantes do ensino superior é uma verdadeira calamidade. Conheço alunos que têm que levantar às cinco horas da manhã e comparecer a aulas no Juvevê, no Jardim das Américas, na Reitoria e no Batel. Ora, é difícil guardar na cabeça todos os horários, o estudante terá que estudá-lo todas as noites para o dia seguinte: Pega ônibus daqui para lá, de lá para cá, pega taxi para poder ir às aulas. Dou meu apoio integral a este movimento.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pretendia ocupar também a Tribuna para abordar o problema, já que recebi da Direção da UPES um comunicado a respeito. Assim sendo, quero neste instante, aproveitando a oportunidade que V. Exa. me concede cumprimentar a Diretoria da UPES por esta iniciativa assim como os Srs. Eli Correa Fernandes e Arival Ribas Cramer que se encontram no Plenário na tarde de hoje.

Cumprimento a UPES porque está lutando pelos estudantes, por aqueles que enfrentam toda uma série de dificuldades para aprimorar seus conhecimentos e sua cultura. Aqueles que procuram se preparar para desempenhar nos dias de amanhã, a responsabilidade enorme de dirigir os destinos deste País porque nós sabemos perfeitamente, o futuro desta Nação depende essencialmente do seu progresso cultural, e nós temos certeza absoluta de uma coisa, que a Prefeitura de Curitiba estaria oferecendo a esses estudantes da Capital do Estado, uma contribuição valiosa nesta sua luta contra as dificuldades para o aprimoramento cultural, e eu tenho também certeza de uma coisa, que a Câmara de Vereadores de Curitiba não será

incoerente, uma vez que aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei pleiteando a redução de 50%, não será incoerente e oporá rejeição ao Veto de Sua Excelência o Prefeito desta Capital, Dr. Jayme Lerner — por sinal um excelente Prefeito — e temos certeza também que Sua Excelência poderá, com um estudo mais aprofundado da situação de muitos dos nossos estudantes, chegar à conclusão que nada perde a empresa ou os empresários com esta concessão aos estudantes de Curitiba, estará isto sim, a empresa, ou os empresários, favorecendo aqueles que se preparam, com muitas dificuldades, para no futuro dirigirem os destinos da nossa Pátria.

Parabéns à UPES, e, de antemão, parabéns à Câmara de Vereadores de Curitiba, porque temos a certeza que representará a vontade da coletividade e não a vontade de indivíduos, ao abordar esta Matéria.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Mas continuando.

Já ao final da sessão de ontem, o nobre Deputado Olavo Ferreira aproveitando os últimos minutos do Expediente, abordou um requerimento que se tornou polêmico. O assunto ultrapassou as fronteiras desta Casa e já ganhou as ruas, foi caminhando, hoje percorre todo o Estado do Paraná, e, temos a certeza, já estará ultrapassando as fronteiras paranaenses, para correr o Brasil inteiro.

O problema não é regional, não é estadual, o problema é nacional e todos nós que estamos empenhados com efetiva sinceridade na grandeza nacional, temos que meditar profundamente em problemas desta natureza.

As potências industriais notadamente a América do Norte dão uma ênfase toda especial à lavoura. A lavoura é realmente a base da economia nacional. A extinção do IBC, eu quero dizer com toda a sinceridade e toda a franqueza de quem estuda os problemas brasileiros, ela se impõe no momento.

Tem absoluta razão o Deputado Olavo Ferreira quando traz ao conhecimento desta Casa aquilo que vem desenvolvendo o IBC através dos tempos de ontem, e de hoje, e que um Deputado disse aqui o que é uma realidade, nós temos observado, este não passa de um órgão de turismo onde os seus integrantes viajam daqui para lá e de lá para cá tanto internamente como fora de nossa Pátria, e os resultados nós temos visto, são estes, de acabar com a cafeicultura. Eu tenho minhas prevenções com todas as autarquias dessa natureza.

Assim aconteceu com o trigo — nós fomos já os maiores exportadores de algodão, hoje não somos mais; fomos exportadores do trigo, hoje não somos mais; fomos os maiores exportadores de café e logo talvez tenhamos que importar café.

Vejam Sr. Presidente, Srs. Deputados, por exemplo o que está acontecendo com a euforia do soja. Hoje só se fala em soja, mas a euforia do soja no Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, longe de constituir uma segurança, eu temo, eu temo porque a euforia do soja já está causando o deserto do feijão, da batata e logo mais estaremos importando feijão, como já chegamos a importar, do México, até feijão podre e talvez venhamos a importar da Europa batata, como já importamos.

A ideia do Sr. Deputado Olavo Ferreira merece o apoio de todos aqueles que estudam e que se preocupam com os problemas nacionais, e este é um grande problema que deve preocupar a todos: deverá ou não ser extinto o IBC? De minha parte acho que deve por inoperante, porque sua existência nada traz de benefício para a agricultura e o que não traz benefício, deve ser extinto imediatamente.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nós queremos agradecer o pronunciamento de V. Exa. a respeito do requerimento por nós ontem apresentado no final da Sessão. Nobre Deputado, nós pensamos muito bem; sempre quando apresentamos um trabalho nós o fazemos conscientemente. Sabíamos que realmente o requerimento iria criar polêmica, iria criar impacto nesta Casa, mas eu já tinha dito e faço questão de repetir, sou um cafeicultor de 4 ou 5 gerações, e vejo uma cafeicultura agonizando desde que me conheço por gente. E ultimamente, nobre Deputado, o que nós verificamos é exatamente o que V. Exa. está entendendo interpretado nosso pensamento. É que não há mais razão de ser da existência do IBC. Hoje, a sua Diretoria é uma diretoria técnica, hoje são funcionários do Ministério da Fazenda, puramente funcionários do Ministério da Fazenda. Não há um cafeicultor sequer representando a cafeicultura na Junta Consultiva ou na Diretoria. Não há. Está inteiramente marginalizado. Preocupo-me também como preocupa o nobre Deputado Antônio Belinati com a sorte dos funcionários que pertencem à Autarquia, mas permita-me o nobre Deputado que eu responda através do aparte que tão gentilmente V. Exa. me concedeu, de que estes funcionários serão remanejados, tenho certeza, sem problema nenhum para eles, como foram remanejados todos os funcionários quando da mudança da Capital Federal para Brasília. Os daqui irão para o INPS, para outras autarquias, para outras funções públicas federais, tão carentes de funcionários, assim como em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, sem prejuízo algum para este pequeno número de funcionários que são caríssimos e onerosos para a cafeicultura. Não se se V. Exa. sabe que para a manutenção destes funcionários, custa apenas 50 cruzeiros por saca. 50 cruzeiros por saca. E alguma coisa. Se o nobre Deputado está preocupado com estes funcionários facilmente remaneáveis, eu estou preocupado com os funcionários que o Sr. Deputado Lázaro Dumont disse, que são funcionários, são também trabalhadores que se fixaram na terra e que estão deixando as fazendas para morar nas favelas. Eu tive um milhão de pés de cafés, hoje não tenho, tenho 23 mil pés de café e apenas 15 funcionários trabalham para mim. Onde estão estes pés de café e estes funcionários? Estão vivendo nas favelas. Nas grandes e nas pequenas Capitais. Esta é a grande realidade. Então, devemos observar isto, o nobre Deputado nos trouxe dados estatísticos que nos impressionaram. Nós participávamos há 10 ou 15 anos com 70% da exportação do café. Em 67 com 45% e este ano 20%. Isto depois da desastrosa erradicação de um milhão e 200 mil pés de café. Onde estão os 600 milhões de pés de café plantados, aonde? No meu Município de Tamarana, que não serve nem para pastagens, no Município de Matelândia, Cerro Azul, Cascavel, que me perdoem os Deputados que pertencem àquela região, onde o frio chega a dois graus abaixo de zero, onde não há mais uma divisão ecológica para o plantio do café? não, Deputado.

O que eu estou pedindo é a extinção do IBC, mas a Diretoria técnica continua, eles são funcionários do IBC, lá os do Ministério da Fazenda, Comércio e Indústria, continua normalmente, eles são funcionários. O que eu não quero ver é como disse V. Exa., acabar com o algodão, com o mate. Nem se fala mais em mate. Só quando tomamos um mate na Rua 15, ou então servido aqui na Assembléia. Não sei se daqui a pouco não estaremos sendo servidos pelo robusta da África. Quando há 10 anos atrás, a África produzia dois milhões de sacas de café, passou a produzir 30 milhões, pelo



guarda-chuva e pelos bracos frondosos que o Brasil deu, protegendo a cafeicultura africana, em detrimento da cafeicultura paranaense. E o nosso homem do campo, esta é a realidade, quando eu vejo que hoje fica do suor do trabalhador 249 cruzeiros e dá 230 cruzeiros para aquele que produz com toda a sobrecarga de despesa de frete, de adubo, de combate e ferrugem, de inseticida, me perdoe, não tenho outra alternativa se não a extinção de um órgão que não representa mais nada para o Brasil.

Mas eu aproveito, não vou ter oportunidade, vai ter uma reunião importantíssima na cidade de Londrina, dia 12. Uma Assembléia da Associação Paranaense dos Cafeicultores. Vou aproveitar a oportunidade de apresentar um requerimento onde vou encaminhar à Mesa para que oficialmente seja designado, por esta Casa, uma Comissão de quatro Srs. Deputados, para participar desta reunião e ouvir os cafeicultores para depois, então, se admita a segunda pretensão do nobre Deputado Alvaro Dias, para uma comissão de trabalho a respeito do problema do café.

Tenho certeza, que aqueles Deputados que irão comparecer a esta reunião na cidade de Londrina, ouvirão exatamente o que estão ouvindo de nós aqui, não só de nós aqui, que somos de uma zona cafeicultura, mas de todos os Srs. Deputados, que precisam da cafeicultura como precisam também dos demais produtos agrícolas, porque não somos um Estado industrial.

Aqui está o jornal, convocando esta Assembléia. O requerimento vou apresentar à Mesa e não queremos ler no jornal com tristeza isto aqui. Vamos apenas apresentar à Mesa. O café tem desencantado muita gente. Conhecendo algumas fazendas com extensos cafezais que está se tornando grandes pastagens, isto significa desemprego, problema de ordem social, não podemos entregar os pontos. Vamos lutar por isso. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. porque V. Exa. pintou com as tintas da realidade, um quadro amargo existente no Paraná e talvez em todo o Brasil, a respeito da cafeicultura. A verdade, Sr. Deputado, eu também não estou preocupado com o destino dos funcionários do IBC, o que me preocupa realmente é o destino dos operários da lavoura. Estes coitados que levantam de madrugada à noite e que outra coisa não sabem fazer a não ser trabalhar na lavoura. Isto sim, precisamos de nossa atenção, estes sim precisam do nosso cuidado, do nosso carinho, com isto é que estou preocupado, não com os funcionários do IBC, porque eles, como disse o Deputado Olavo Ferreira, serão remanejados como têm sido os funcionários, quando se extingue alguma Autarquia, algum Ministério. Na verdade aí está o INPS com uma falta enorme de funcionários. Aqui mesmo, no Paraná, temos várias Agências criadas e não instaladas por falta de funcionários. Para citar um só, temos Pato Branco, um Município que é sede de região e que precisa urgentemente de uma Agência do INPS, a qual ainda não foi instalada porque não há funcionários para mandar para lá. Então seriam remanejados os funcionários do IBC...

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, a minha preocupação com referência a uma atitude dessa natureza, é justamente porque somos responsáveis quando apresentamos uma sugestão de tão grande importância. Não há dúvida nenhuma de que a política do café no Brasil chega a ser revoltante. De ano para ano, de atitude em atitude, cada vez mais nos decepçamos, e não é por falta de reclamos, de reivindicações, de sugestões apresentadas, porque a classe cafeeira é uma das mais bem organizadas no Brasil e das mais atuantes. Desde que me conheço por gente, ouço os representantes da cafeicultura organizados em Associações, Entidades e, através de políticos ocupando as tribunas de Assembléias Legislativas, reivindicarem e defenderem os interesses da cafeicultura em nosso País. No entanto o Governo tem permanecido insensível, não sabemos por que razões, e nos lembramos da frase de um ex-Presidente "forças ocultas". Será que existem forças ocultas por trás dessa desastrosa política implantada no País em relação ao café, nosso produto rei? O Deputado Olavo Ferreira analisou muito bem o problema do quadro diretivo desta Autarquia. Homens completamente afastados do ambiente produtor da cafeicultura. O Paraná sem representação! Isso é inadmissível! O principal Estado produtor, sem representação alguma na alta esfera da Autarquia Cafeeira. Lemos nos jornais diariamente, viagens para Londres, para Nova Iorque, despesas elevadíssimas e o IBC aparentando mais uma empresa de turismo do que o órgão responsável pela coordenação da política cafeeira em nosso País. Também estamos preocupados com uma medida que vem frear de vez por todas esses desmandos e esse desgoverno que impera no IBC. Mas, seria a extinção a medida mais adequada? Tenho minhas dúvidas. Não sou totalmente contra. Uma intervenção de imediato, seria favorável. Uma intervenção da cafeicultura no IBC porque lá, como disse o Deputado Olavo Ferreira, não estão os cafeicultores, nem estão os produtores. Estão os apunhaçados do Poder, estão os cupinchas do Ministro Delfim Neto. Precisamos ter a coragem suficiente para fazer esta afirmação, porque é necessária, em nome da cafeicultura de nosso País. Então, nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, a Comissão que eu sugeri no início é que se ela chegar a conclusão de que a extinção deverá ser efetuada, ela deverá apresentar sugestões para que as medidas a serem tomadas para substituir a estrutura da autarquia cafeeira não causem danos maiores à cafeicultura. A nossa precaução é no sentido de que não se cause prejuízos ainda maiores à nossa cafeicultura.

Porisso, nobre Deputado, nós que já estamos há muitos anos assistindo o desastre da cafeicultura em nosso País, poderemos esperar mais alguns dias, semanas, ou meses, ouvindo os cafeicultores. Porque, realmente, está havendo falta de diálogo entre os cafeicultores e as entidades representativas. Para, com esse diálogo, a solução encontrada seja realmente a mais acertada.

Muito obrigado, sobretudo pela paciência com que V. Exa. nos ouviu.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Justamente fiz questão em ocupar este tempo na Tribuna para suscitar o debate.

Encerrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer o seguinte: o problema do IBC, são os mesmos, de outras autarquias, e para mim não importa que sejam, ou não, paranaenses os diretores do IBC. O que importa, isto sim, é que sejam produtores, comercializadores, gente da terra, sofrida, que planta e produz, que trabalha pelo café.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Maciel, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO MACIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A beleza da Democracia é o diálogo. Ouvimos, inicialmente, oradores se pronunciando contra. E, em seguida, oradores se pronunciando a favor. Mas, para mim, a fase da cafeicultura no Brasil deve ser dividida em fases históricas.

Em 1.906, os cafeicultores, na famosa reunião de Taubaté, tinham já 12 milhões de sacas de café excedentes, em estoque. E os cafeicultores daquela época — como disse o nobre Deputado Lázaro Dumont — sempre foram bons políticos, e lutaram desesperadamente para que o Governo participasse, comprando o excesso da produção. E, nessa reunião, em 1.906, conseguiram os cafeicultores que o Governo se interessasse pelo problema, entrasse no mercado e comprasse o excedente. E veio então a famosa "taxa ouro", que nada mais foi do que um empréstimo exterior contraído pelo Governo para poder comprar o excedente. E os próprios Governos da época se comprometeram para equilibrar, estatisticamente, a produção do café. Mas, como disse bem o nobre Deputado Lázaro Dumont, o café não tinha substituto como produção agrícola, na época, como não tem ainda hoje.

Em 1.906, continuam os agricultores plantando café. E já em 1.930, havia um excedente de 30 milhões de sacas de café. Era totalmente impossível o controle.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse é um problema muito complexo. Mas, a maior garantia desse problema é a presença do Governo na cafeicultura.

Isso é que fez com que o ilustre deputado Olavo Ferreira apresentasse seu requerimento. Sou profundamente contra e vou analisar os aspectos.

Faz S. Exa. uma mistura no seu requerimento. Fala da política cambial fala da política do desemprego e esquece que o maior empregador que tem este País é a cafeicultura. Não me preocupo jamais com os funcionários do IBC, porque são pessoas de nível mais elevado e que, se por um desastre, houvesse a extinção da cafeicultura não teriam nenhuma dificuldade em enfrentar a vida em outra profissão. Mas, preocupo-me sim com o maior empregador que é a cafeicultura, empregador daqueles homens que estão plantando café, descalços. E não me venham dizer que é o IBC que está acabando com a cafeicultura. O que está acabando com a cafeicultura, é a falta de conhecimentos agrícolas. É isso que precisamos ter coragem de dizer. Já conversei inclusive com nosso líder e demais membros da cafeicultura, o que é preciso é levarmos ao interior os Deputados, porque infelizmente os homens que reúnem o povo da cafeicultura há várias gerações e não vejo melhor aplicação de capital do que na cafeicultura.

Com o uso da tecnologia na cafeicultura poderíamos produzir 600 sacas de café por alqueire, quando em média, no Paraná, se produz 70 sacas. É a tecnologia que deve ser levado ao agricultor. O IBC está fazendo um trabalho, talvez o maior trabalho que se no mundo em agricultura técnica e orientada.

Pretende o Governo agora o plantio de 600 milhões de cafeeiros. Será feito o plantio em 3 etapas: 200 milhões por ano e já neste momento já existem 350 milhões de pés de café.

Acabo de regressar de uma viagem ao Sul de Minas e hoje telefonando aos líderes da cafeicultura do Norte do Paraná, me disseram que transmitisse o que São Paulo, Minas e Espírito Santo estão fazendo. Minas está com 100 milhões de pés de café, São Paulo e Paraná com 80 cada um.

O sr. Olavo Ferreira — Com entusiasmo V. Exa. depende a cafeicultura de Minas, Espírito Santo e São Paulo. O Paraná que foi o líder já não o é mais.

O SR. ANTONIO MACIEL — O Paraná só foi líder na cafeicultura por pouco tempo. Não tem 10 safras em toda história da cafeicultura como líder de produção. Só teve a liderança quando se esgotaram as terras de São Paulo e Minas e o Brasil não tinha ainda condições tecnológicas para melhorar as terras velhas. O Paraná, então, aumentou sua produção e conseguiu a liderança. Infelizmente, e quero pronunciar bem alto desta tribuna, no Paraná há uma onda de pessimismo contra a cafeicultura.

Poderíamos simplesmente fazer aqui o que o grande Presidente Castelo Branco fez em Santa Catarina. Ao ir a Santa Catarina o saudoso Presidente Castelo Branco sabia que as reivindicações dos industriais de tecidos seria elevar o preço. Ele mandou fazer um levantamento, com antecedência, da natureza e capacidade de atualização das máquinas que funcionavam. Encontrou máquinas de 1.800 ainda funcionando e foi bem claro — como também fui bem claro e dividido o meu discurso em duas fases: antes de 64 e a nova fase depois de 64 — em Santa Catarina S. Exa. o Presidente de saudosa memória, Castelo Branco, disse: é preciso atualizar as máquinas. Terão financiamento para a atualização mas, jamais terão preços elevados porque as máquinas não compensam.

O resultado disso foi que o Parque Industrial de Santa Catarina alcança, hoje, o mundo inteiro na exportação de seus produtos. Os catarinenses atualizaram suas máquinas e os tecidos produzidos são conhecidos em diversos países do mundo.

O que é preciso é atualizar a cafeicultura brasileira, plantar duzentos a trezentos pés por alqueire ou por hectare e não ficarmos aqui a criticar os pontos negativos do IBC que, realmente, existem. O IBC é uma estrutura monstruosa, concordo. O IBC precisa ser reestruturado, atualizado. Sou engenheiro agrônomo técnico e reconheço que para transmitir uma mensagem, para chegar ao povo somente quem pode fazer é o político.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É justamente este aspecto técnico que V. Exa. está abordando que, como engenheiro, deve conhecer muito mais do que eu que sou apenas cafeicultor, sou leigo no assunto, que deve ser debatido.

Técnicamente o IBC irradicou um milhão e duzentos mil pés de café; tecnicamente o IBC está permitindo o plantio de café em zonas ecológica-mente proibidas. Este o aspecto que não aceito.

Técnicamente não compreendo que se venda mercadoria no confisco cambial e tenha-se que importar o necessário para combater a ferrugem e máquinas no câmbio oficial.

O SR. ANTONIO MACIEL — Outros países não têm a palavra "confisco cambial" mas tiram a mesma proporção que retira o Brasil nos diversos produtos.

Foram erradicados cafeeiros de baixa produção que davam 30 a 40 sacas de café por mil pés plantados morro acima e que a enxurrada estava levando. Portanto, foram erradicados aqueles cafezais cuja plantação não obedeceu técnica alguma e aqueles que não tinham capacidade de produção nem com adubação. Este deputado herdou um cafezal que vinha produzindo há setenta anos, portanto não tinha mais condições. A solução era erradicar os pés ali existentes.

Prometi ao Deputado Erondy Silvério fazer dessa Tribuna, uma exposição sobre erradicação. Antecipadamente tenho a dizer que essa foi uma ótima decisão porque ao mesmo tempo que eram erradicados os cafezais, dava-se financiamento para implantar uma nova cafeicultura de acordo com as modernas técnicas, em curva de nível. Em São Paulo e Sul de Minas



industriais estão plantando café e o Paraná está plantando hoje contratado 80.000.000 de cafeeiros, 80.000.000 de cafeeiros no Paraná, neste momento.

O sr. Olavo Ferreira — O Paraná não pega nem resfriado!

O SR. ANTONIO MACIEL — V. Exa., divagando, vem ditar aqui plantio de café em Umuarama?

O Sr. Olavo Ferreira — Tamarana.

O SR. ANTONIO MACIEL — Eu lhe perdôo, nobre Deputado. Um Deputado que vem dizer implantar café, eu tive a curiosidade de anotar, em Tamarana, onde a temperatura chega a 2.0 abaixo de 0.

O sr. Olavo Ferreira — Em Tamarana, em Cascavel, a temperatura chega a 2.0 abaixo de 0.

O SR. ANTONIO MACIEL — Nobre Deputado, o Sr. há de convir comigo que isto é falta de técnica, falta de orientação, porque lá não é cafeicultura. O Paraná fez um levantamento, através do IBC, aerofotogramétrico de toda a região cafeeira porque o café apresenta características formidáveis — numa propriedade às vezes de 100 alqueires, não tem 1 hectare para café, e às vezes de 100 alqueires, não tem 1 hectare para café, e às vezes tem o lugar mais alto. O que precisa, é simplesmente a orientação necessária, jamais falar em cafeicultura, em Tamarana; admito falar-se em cafeicultura no Litoral do Paraná. Não venha me dizer a respeito de bebida, porque o café despolpado tm bebida mole no Litoral, no Norte do País, em qualquer parte do mundo.

O Sr. Olavo Ferreira — Então, nobre Deputado, não se deve falar em café em Tamarana?

O SR. ANTONIO MACIEL — Na área que o Sr. disse, a 2.0 abaixo de 0, acho que não deve.

O Sr. Olavo Ferreira — Exato! É isto que eu estou dizendo ao Deputado. Como é que eu posso admitir, tecnicamente, o IBC, quando ele permite o financiamento em Tamarana?

O SR. ANTONIO MACIEL — Permite o que eu disse a V. Exa.

O sr. Olavo Ferreira — Em Cascavel, que vai a 2º abaixo de 0?

O SR. ANTONIO MACIEL — O Senhor pensa em cafeicultura, em região ampla — V. Exa. está falando em região ampla. Cafeicultura se estuda a nível de propriedade. Vou repetir, o termo é este: a nível de propriedade. As vezes, teremos quilômetros e quilômetros quadrados que não servem para a cafeicultura, e temos um lugar, posso lhe citar um caso no momento:

Faxinal é considerado o ninho da geada, e há lugares dentro do próprio Município onde não geia; são características locais, é aquilo a que o Sr. se referiu, muito superficialmente, que é a ecologia do café.

Por esta razão eu defendo desta Tribuna, o plantio do café em Cascavel, no Litoral, em qualquer lugar que seja, desde que seja analisada propriedade por propriedade, jamais pensar em área proibida à cafeicultura. Sabemos que tem café em Santa Catarina, no Litoral. Café, se estuda a nível de propriedade.

O sr. Olavo Ferreira — Sombreado.

O SR. ANTONIO MACIEL — Não quero me dispersar, simplesmente para completar aquele pensamento da erradicação.

Erradicaram o café porque a terra estava sendo levada pela erosão, variedade de baixa produção, que não tinham condições de produção, e também "espáçamento exageradamente, é, acima de tudo foi livre era para quem quisesse, ninguém foi obrigado, há liberdade e democracia. Erradicaram o café, aqueles que quiseram erradicá-lo.

O Sr. Olavo Ferreira — Aqueles que precisavam pagar dívidas nos bancos.

O SR. ANTONIO MACIEL — Não tem nenhuma importância. Ter dívidas não é defeito.

Eu voltarei a esta Tribuna, porque, infelizmente hoje o assunto não é erradicação, e também é um assunto que já se foi.

Estamos assistindo agora à cafeicultura que com geada, com descrença, vai continuar a ser o alicerce da economia deste País por muitos anos, como disse o Deputado Lázaro.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, nobre Deputado Antonio Maciel, queria contestar uma afirmativa de V. Exa., com relação àquele seu último tópico, ou seja a extinção de cafeeiros no Brasil e sobretudo no Estado do Paraná.

A erradicação seria, sem dúvida alguma altamente benéfica para a cafeicultura se ela fosse orientada, se houvesse fiscalização, se não se permitisse a erradicação de cafeeiros altamente produtivos como foram erradicados no Estado do Paraná, provocando o êxodo rural, criando as favelas — Londrina é um exemplo disso — cafeeiros de alta produtividade foram erradicados. A intenção talvez seja a mais louvável, no entanto, a aplicação da ideia não foi boa, não se procurou estabelecer normas para a erradicação, não se orientou os cafeicultores e muitos deles encontraram na erradicação, uma tábua de salvação pois estavam em situações difíceis financeiramente, sobrecarregados por financiamentos, cheios de dívidas e procuraram, através da erradicação, reunir importâncias suficientes para salvar as suas vidas, neste ponto ela foi desastrosa. Se o objetivo era sério, era louvável, as consequências foram desastrosas, nobre deputado.

O SR. ANTONIO MACIEL — Obrigado. Eu somente completando o pensamento do Sr. Deputado Alvaro Dias, quero lembrar um princípio constitucional. A Constituição Brasileira dá a todo o cidadão o direito de propriedade, e o direito de liberdade de agir, tenha cafés produtivos e preferiu a erradicação. Jamais, dentro da nossa Constituição atual se poderia impedir que alguém cortasse ou deixasse de cortar o seu café. Era livre.

O sr. Xenofonte Villanueva — Nobre Deputado, o pronunciamento que V. Exa. está fazendo justifica a representação que lhe foi concedida por milhares de cafeicultores do Norte do Paraná. Quando discutimos a oportunidade ou não da aprovação do requerimento do Nobre Deputado que solicita a extinção do IBC, nós devemos fazer uma análise e refletir que aquilo que seja discutido nesta Casa poderá trazer reflexos danosos à comercialização do produto, trazendo intranquilidade para os agricultores que dele ainda hoje vivem. Se voltarmos a alguma época do passado, ainda bem recente, poderemos nos lembrar da ocasião na qual o IBC foi órgão salvador da economia da cafeicultura porque ele regulava preços e fazia com que o cafeicultor não fosse jogado à mão e à garra dos comerciantes e exportadores de café. A minha opinião pessoal é de que uma atitude como esta poderia vir a beneficiar os grandes trustes que fazem a comercialização e exportação de café e jamais viria beneficiar ao pequeno produtor de café assustado por esta possível medida, que não tem razão e que para nós jamais será concretizada, da extinção do IBC, será fácil presa da garra dos comerciantes inescrupulosos do mercado cafeeiro. Quando se fala aqui de áreas que foram abandonadas da cafeicultura e que hoje constituem pastagens do Paraná, sabe V. Exa. e sabem os srs. Deputados, que a maioria destas áreas eram áreas que não

se prestavam à continuação de tal atividade agrícola, áreas que sofreram a devastação florestal, não tiveram condições de fertilidades capazes de propiciar ao agricultor, ao lavrador, uma remuneração satisfatória ao seu esforço e ao produto que ele plantava na terra. São estas as razões e muitas outras que fazem com que hoje eu me parabeneze com V. Exa. pelo pronunciamento que está fazendo, pronunciamento que, na minha opinião, reflete muito bem o pensamento dos pequenos agricultores que desejam continuar, prosseguir nesta atividade que no passado foi tão rendosa para eles. Devemos considerar que se existe crise hoje da cafeicultura foi pela perda da fertilidade, pelo aparecimento de pragas que se acentuaram como a ferrugem e que trouxe problemas maiores, porque demandam não somente a maquinária como também conhecimentos técnicos do qual como V. Exa. já encareceu, há necessidade de ser levada aos agricultores para que possam melhorar a sua produtividade, através da melhoria da técnica e de trato ao cafeeiro e ao plantio. Não creio, acho que de maneira alguma a extinção do IBC possa trazer benefícios. Sou daqueles que acham que esta Casa deve lutar junto para que haja uma redução do confisco cambial, mas nunca esta extinção pura e simples do IBC, porque não irá trazer resultados benéficos aos cafeicultores que se virão desesperdos, sem ter um órgão de representação que possa, num momento de super produção regularizar os preços e manter melhores condições de comercialização. Prossigo ainda. Se na oportunidade não existe produção cafeeira estão sendo plantados no Paraná, dentro de pouco serão 160 milhões que estão sendo plantados dentro de nova técnica e seria uma falta de previsão para o futuro, extinguir um órgão que hoje poderá ser muito benéfico, se for reformulado, melhorado naquilo que possa atender ao que o lavrador precisa. Quero dizer antecipadamente a esta Casa que votarei contra o requerimento do Deputado Olavo Ferreira por considerá-lo inoportuno, por achar que poderá determinar inclusive reflexos danosos para a comercialização e ao plantio do café que ainda é uma riqueza em nosso Estado. Agradeço o aparte do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, que veio reforçar o meu pensamento que traduziu exatamente vários aspectos da cafeicultura. Eu apenas acrescentaria que a intervenção do Governo vem sendo benéfica desde 1906, e dizer que o IBC para mim, a cafeicultura nacional, tem duas fases, uma antes de 1964 e outra após 64. E continuando o meu pensamento eu quero dizer...

O sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, evidentemente, não temos condições de travar um diálogo com V. Exa., nem discutir com V. Exa. sobre o aspecto técnico e ecológico, e outras coisas que dizem respeito à cafeicultura. A única coisa que podemos dizer é sinceramente a nossa preocupação com a extinção do IBC. Evidentemente, não poderemos amparar os homens que estão na Direção do IBC hoje, com os homens que governavam o nosso País em 64. Mas a título de exemplificação em 64, e todos aqueles oradores que normalmente falam do movimento de março de 64, traduz esta data como um Brasil à beira do caos, como um Brasil falido, como um Brasil que estava totalmente arrastado por homens que não sabiam dirigir a nossa Pátria. Será que não existiam homens que não sabiam governar? Homens que não serviam para exercer o Governo? Então porisso iríamos nós pedir a extinção do Brasil? Recentemente, vários Deputados criticaram a falha da política no setor de Educação de nosso Estado. Será que poderíamos também pedir a extinção da Secretaria de Educação? Trocou-se um homem, novas tentativas, é o que se tem que fazer com o IBC?

Nós, durante o período em que o Ministro Ivo Arzua Pereira, dirigia à Pasta da Agricultura, que lembramos com prazer da sua passagem pelo Ministério naquela época, defendíamos a inclusão do IBC no Ministério da Agricultura e até hoje defendemos esta tese, sair do Ministério de Indústria e Comércio e vir para a área realmente da Agricultura. O IBC vir sobre o Comando do Ministério da Agricultura para se fazer uma política única de agricultura.

Nós vemos aqui no Estado do Paraná, por exemplo, que nossa Secretaria de Agricultura se queixa de não poder traduzir a política cafeeira no Estado para si. Então o que precisaríamos, era trazer o IBC para a área da cafeicultura, o que precisaríamos era fortalecer o IBC. Não queremos absolutamente, criticar de maneira nenhuma, os técnicos, mas o que estamos vendo hoje é muitos técnicos na direção do IBC.

Nós precisaríamos colocar homens que soubessem realmente conduzir o IBC, com destreza e com honestidade. Homens que, inclusive, não olhassem se fosse o Estado de São Paulo, acabar com a cafeicultura no Paraná ou Minas Gerais para proteger São Paulo. E se for o nosso Estado que também não providencie somente a cafeicultura do nosso Estado para que outros Estados sofram esta política, mas homens que pensam no café ainta como o maior fator positivo na balança da economia do País e que o Estado do Paraná, sem dúvida, é o Estado em que melhores condições se tem para produzir café. E tornamos a repetir. Como lavoura permanente, como fator de fixação do homem à terra, é a melhor maneira que se tem ainda. É verdade que o Brasil está caminhando para a industrialização, mas ainda não tem condições e muito tempo levará para ter possibilidade de amparar todos os homens que virão da zona rural para as grandes cidades e também para as pequenas cidades, porque estas também já têm favelas. Queremos lembrar também que se com a má direção do IBC se comete um crime contra a cafeicultura, matando a "galinha de ouro" do Brasil, outro crime se comete aqui no Paraná, também. Invernadas em áreas indiscriminadas, em áreas férteis e às vezes nem gado tem. É um crime contra a economia do Paraná. Queremos mais uma vez manifestar aqui nossa solidariedade ao seu pronunciamento e dizer que o que necessitamos é uma reestruturação do IBC, mas nunca a extinção do órgão. Obrigado.

O SR. ANTONIO MACIEL. — Agradeço o aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont e quero acrescentar que a cafeicultura, além de fixar o homem, traz o cultivo intercalado dos cereais. A medida que a decadência da cafeicultura se acentua, se acentua também a decadência da produção do feijão, que passou a mais de 200 cruzeiros por saca, trazendo o encarecimento da vida nos grandes centros, que se torna quase que insustentável.

O sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre colega, V. Exa. defende com muita propriedade o assunto em referência, da cafeicultura paranaense. Estou ligado há muitos anos a uma região onde, quando surgiam as grandes lavouras, os jornais de São Paulo e porque não dizer do Brasil, diziam que surgia um novo Paraná a região do Norte Novo, Cianorte, Umuarama e demais cidades vizinhas. Pois bem. A lavoura cresceu e produziu. Na verdade houve problemas como os de ordem climática, que impediram a produção. Mas gostaria de lembrar aqui o pronunciamento do nobre Deputado Lázaro Dumont, quando frisava em 1964, quando o País estava a caminho do caos, pode ser, Sr. Presidente, em seu problema social e de ordem política mas no problemas da cafeicultura, gostaria de fazer lembrar aqui que o melhor Presidente que o IBC possuiu



em todas as épocas foi o ilustre Senador Nelson Maculan, que bateu o record de mercado exterior, Nelson Maculan, que valorizou o café em proporção à época. Os cafeicultores do Paraná e do Brasil, devem render suas homenagens àquele homem.

No setor em que se fala de financiamento, venho fazendo observações no pronunciamento de V. Exa. e nos apartes que muitos nobres Deputados lhe ofereceram. Existe, na realidade, como disse o nobre Deputado Álvaro Dias, algumas falhas no IBC. É verdade. Pois a burocracia para essa nova técnica, esse novo plantio é muito complicada e o nosso cafeicultor ainda não está preparado para enfrentar as exigências bancárias. Enquanto que o nosso lavrador leva a pior, os grandes grupos que exploram a cafeicultura dispõem de contadores, de técnicos competentes, que entendem dessa burocracia.

Uma das principais causas que tem prejudicado a nossa cafeicultura no nosso entender, é a falta de honestidade principalmente dos vendedores de adubos. Os adubos são vendidos em nossa Região, e também em todo o Paraná, sem se fazer análise da terra. As firmas procuram apenas vender, não procuram garantir o futuro de nossa cafeicultura.

Porisso, acho que deveria haver, no Paraná, um órgão junto à Secretaria de Agricultura que levasse à agricultura os adubos necessários. Pois só com adubos adequados poderemos produzir melhor.

O SR. ANTONIO MACIEL — Agradeço o aparte do Nobre Deputado Hélio Manfrinato que tanto tem lutado em favor da agricultura.

Mas, continuando o nosso pensamento, queria assim, numa rápida pincelada, responder um dos tópicos da argumentação do nobre Deputado Olavo Ferreira e que se refere ao desastre da erradicação. E, para exemplificar: São Paulo erradicou 335 milhões de pés de café quando se paga 500 cruzeiros por pé. E no ano seguinte, erradicou 444 milhões, quando se recebia nada por pé erradicado.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo de seu pronunciamento. Em muitos pontos concordamos, em outros discordamos. Mas, para isso apresentarei um Requerimento pedindo adiamento da discussão, para que possamos encontrar o caminho mais acertado para o problema.

O Requerimento que encaminharei à Mesa está vasado nos seguintes termos: (Lê):

#### “Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, à Mesa, o adiamento da discussão para depois do dia 13 de maio, do Requerimento do Deputado Olavo Ferreira, que pede a extinção do IBC, para que possa se colher maiores subsídios, mormente em Londrina, por ocasião da reunião, já programada.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973.

(a) — Álvaro Dias”.

É esse o Requerimento que queria apresentar, solicitando o adiamento da discussão do Requerimento de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira para que possamos apresentar melhores subsídios, quando da substituição da estrutura do IBC, para o atendimento à cafeicultura de nosso País.

Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. está colocando muito bem a situação do café em nosso Estado e no Brasil. A extinção do IBC, acrescentando ainda as palavras do Deputado Xenofonte Villanueva, deixa o trust mais livremente para que funcione em nosso País, de modo que não teremos mais garantia nenhuma. De maneira que é impossível a extinção do IBC.

O SR. ANTONIO MACIEL — Agradeço o aparte do nobre Deputado e para completar, Sr. Deputado, o Paraná, grande produtor de café, tem recebido depois de 64 grandes benefícios através do Instituto Brasileiro do Café. Bastaria citar um dado que fui buscar hoje e terei oportunidade de passar às mãos de todos os Deputados que desejarem. O BADEP, em convênio com o IBC financiou mais de 30 indústrias do Paraná, — não vou ler o nome das indústrias — tem hoje aplicado em convênios no Paraná a importância de 26 milhões e 386 cruzeiros, com as diversas firmas que trabalham em produtos agro-pecuários. É o grande benefício que o Paraná está recebendo neste momento do BADEP.

Tenho a relação de 20 convênios que o Paraná tem no momento com o IBC, numa importância de 7 milhões e 454 cruzeiros e eu vou ler alguns. Convênio IBC — Governo do Estado, para reaparelhamento da estação experimental de Engenheiro Beltrão, Palotina e Cambará na importância de 500 mil cruzeiros. Acordo IBC — DAC de 4.861 cruzeiros.

E assim vem uma série de outros mais. 200 agrônomos trabalham no Brasil inteiro na assistência ao cafeicultor. O Paraná tem 60 agrônomos e mais igual número de técnicos, financiando a renovação dessa agricultura decadente, com juros de 3%, financiando tratores agrícolas para que a cafeicultura se mecanize, naquele sentido que o Deputado Olavo Ferreira disse, no sentido da falta de assistência técnica, financiando adubos, inseticidas e fungicidas.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao Sr. Deputado que falta um minuto para o término da Hora do Expediente.

O SR. ANTONIO MACIEL — Pediria a Presidência que me concedesse mais dois minutos para terminar e ouvir o aparte do Deputado Gilberto Carvalho. Mas, Sr. Presidente, financiando uma relação de mais de 30, para afastamento da ferrugem. Voltarei outro dia à Tribuna para citar os locais. Na África, houve o caso da ferrugem, mas segundo as próprias palavras do Deputado Olavo Ferreira, eles duplicaram a produção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220/70, de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Mariluz. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236/71, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público e adota outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 241/70, de autoria do Dep. Pinto Dias, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 272/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 80/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Icaraima distante cerca de 80 km. do Município de Umuarama, é um dos municípios mais progressistas do Oeste Paranaense, concentrando uma vasta população estudantil. Possui um Ginásio com 8 salas de aula em pleno funcionamento, sendo que no presente ano formará a primeira turma de ginásianos, o que justifica por si só a criação da Escola Normal a que se refere o presente Projeto.

Esclarecendo ainda que a não criação da mencionada Escola Normal implicaria em terem os alunos que se deslocar ao Município de Umuarama a fim de continuarem os seus estudos, ocasionando desta forma sérios transtornos à população estudantil daquela Comuna, principalmente no que diz respeito a impedimentos de ordem financeira, que obrigariam a grande maioria, a desistirem de seus estudos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 80/71

AUTOR: Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar, na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial.

#### PARECER

1.) O Projeto em evidência foi elaborado em consonância com determinação constante do art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referida iniciativa não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3.) Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido M. de Oliveira

Sebastião Rodrigues

Muggiati Filho

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 80/71

AUTOR: Dep. Antônio Franco F. da Costa Filho

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

#### PARECER

Sem entrar no mérito de criação de escolas, entendemos que a matéria merece especial atenção, tendo em vista a carência de escolas no interior do Estado.

Somos pela aprovação, pois não fere dispositivos de ordem legal financeira.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomel — Presidente

Fuad Nachi — Relator

Santos Lima

Ovidio Franzoni

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 80/71

AUTOR: Deputado Antônio Franco F. da Costa Filho

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Icaraima.

#### PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo, a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Icaraima.

2.) A educação é um ônus estatal, necessário e indispensável ao seu progresso e desenvolvimento, razão porque somos pela aprovação do presente projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Álvaro Dias — Relator

Rosario Pitelli



1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16-11-70, dispondo sobre a criação de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 86/72

MENSAGEM N.º 26/72 Curitiba, 2 de junho de 1972  
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 1.º, da lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, que dispõe sobre a criação de um curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 792/72, de 13 de abril do corrente ano, diz da necessidade, oportunidade e interesse público da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/ Capital.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Ciências Biológicas”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Of. n.º 792/72

Curitiba, 13 de abril de 1972

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à douta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de que seja dada nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6172, de 16 de novembro de 1970, na conformidade do anexo anteprojeto.

O preceito em referência autoriza o Poder Executivo a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho um curso de “História Natural”, mas essa cadeira passou a ser denominada “Ciências Biológicas” por força da lei federal, motivo porque a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, ao examinar o processo de criação do mesmo curso, emitiu parecer no sentido da necessidade de ser observada a aludida denominação oficial.

Cumpro-me esclarecer ainda a Vossa Excelência que a alteração objetivada não importará mais na criação de cargos e nem em aumento de quaisquer despesas, pois estas serão realizadas à conta das dotações já previstas pela própria Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

a) — ROBERTO LINHARES DA COSTA  
Secretário da Educação e Cultura

A Sua Excelência o Senhor  
DOCTOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Digníssimo Governador do Estado do Paraná  
Nesta Capital.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 26/72, encaminhando Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16-11-70, dispondo sobre a criação de um curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

#### PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/72, a proposição ora em exame, objetiva para os fins constitucionais, dar nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, na conformidade do anexo anteprojeto.

A Lei em referência, segundo a inclusa cópia autenticada do Ofício n.º 792/72, de 13 de abril do corrente ano, do senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, autoriza o Poder Executivo a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho um curso de “História Natural”, entretanto, por força de Lei Federal essa cadeira passou a ser denominada “Ciências Biológicas”, razão pela qual a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, ao examinar o processo de criação do mesmo curso, emitiu parecer no sentido de ser observada a aludida denominação oficial.

Dita alteração não se insurge contra qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, necessidade e interesse público, nada a opor. Assim sendo, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22-6-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator  
Maurício Fruct  
Ovídio Franzoni  
Santos Lima  
Emílio Carazzai

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 86/72

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 26/72, encaminhando Projeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre a criação de um curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

#### PARECER

1.) O presente plano de lei, de iniciativa governamental, dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16 de novembro de 1970, tendo sido devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

2.) Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que não há qualquer reparo que se possa fazer, tendo em vista que o Orçamento Geral do Estado dispõe de verba capaz de suprir a necessidade criada pelo projeto em exame.

Assim, pois, somos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
Antônio Belinati  
João Fadel  
Antônio Lopes Júnior

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PARECER

Senhor Presidente:

Merece aprovação desta Comissão de Instrução Pública, o presente plano de lei, em face do contido no processo e da justificativa expedida na Mensagem Governamental.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1973

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator  
Rosário Pitelli  
Álvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin e outros, constante do Expediente, solicitando a suspensão da Sessão e do expediente da Casa, no dia 30 próximo, tendo em vista que, na terça-feira, dia 1.º, se comemora o “Dia do Trabalho”. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silfredo Veiga, ocorrido na cidade de Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Meretíssimo Juiz de Direito Dr. Plínio Cachuba, pela sua nomeação no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, de segunda-feira, dia 30, do Projeto de Lei n.º 23/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a designação de uma Comissão composta de 4 (quatro) Srs. Deputados, para participar da Assembléia convocada pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, a realizar-se em Londrina no próximo dia 12 de maio. — Aprovado.

Esta Presidência designa os Srs. Deputados Olavo Ferreira, Antônio Maciel, Muggiati Filho e Álvaro Dias, para comporem a Comissão objeto do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, no sentido de estudar a possibilidade de ser instalada, com a brevidade possível, uma Agência do IPE, no Município de Pirai do Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam incluídos na Área Metropolitana de Curitiba, os Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, agradecendo pelo povo do Paraná, pelo muito que significa a realização de Itaipu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Indústria e Comércio, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do I.B.C., encarecendo a redução do confisco cambial para o café e a não construção das sedes daquele Instituto nas cidades de Brasília e Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, e ao Presidente do Tribunal Brasileiro do Café, sugerindo o fechamento do I.B.C., com sua discussão adiada na forma regimental. Ao referido Requerimento, foi apresentado outro de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando o adiamento da discussão para depois do dia 13 de maio. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, às 10,00 horas, sexta-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Apreciação da matéria já anunciada na Sessão Plenária anterior.  
Levanta-se a Sessão.